

# MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA: INCURSÕES CRÍTICAS

Raquel Pereira de Moraes  
Mestranda em Educação na Universidade Federal do Ceará  
rpmef@yahoo.com.br

Valdemarin Coelho Gomes  
Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará  
rabbitmario@hotmail.com

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara  
Mestranda em Educação na Universidade Federal do Ceará  
Thaissa\_camara@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente estudo tem como objeto o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e busca realizar uma análise crítica sobre esse documento e sua influência na organização da educação brasileira. Realizou-se uma leitura imanente do Manifesto, extraindo suas concepções acerca das categorias conhecimento e relação teoria e prática. Feito este movimento, partiu-se para uma crítica, tomando-se a compreensão do materialismo histórico e dialético das mesmas categorias. Dos resultados do estudo, identificamos que no concernente à categoria conhecimento, o Manifesto encontra seu fundamento nos preceitos do teórico pragmatista John Dewey, extraindo-se daí a necessidade da escola realizar suas atividades de ensino com base nos interesses do estudante e do uso que os mesmos farão do conhecimento em sua prática de vida; firmada na mesma perspectiva, a relação teoria e prática adotada pelo referido documento informa a primazia da segunda sobre a primeira.

**Palavras-chave:** Manifesto dos pioneiros da educação; escola; educação; trabalho

## Introdução

Este texto objetiva realizar uma análise crítica do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o impacto que o mesmo produziu na perspectiva educacional no Brasil, tomando por base as categorias conhecimento e relação teoria e prática, na forma como o documento as concebe a partir das suas bases teórico-filosóficas.

No percurso desse estudo, apresentamos primeiramente os antecedentes sócio-históricos à publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e seus princípios de escola pública, gratuita, laica e obrigatória. Adentramos, a seguir, a exposição da reação de setores vinculados à escola privada sobre as ideias do Manifesto, com ênfase para seu principal representante, a Igreja Católica que, à época, detinha um significativo número de escolas e estudantes. No tópico seguinte, realizamos a análise, mesmo com imposição de certa brevidade, sobre duas categorias que consideramos centrais para o entendimento daquilo que

o Manifesto trazia como cerne a ser aplicado na nova escola brasileira: conhecimento e relação teoria e prática. A perspectiva teórica que orienta nosso trabalho é o materialismo histórico-dialético, a partir do qual faremos a incursão crítica sobre as referidas categorias.

### **Antecedentes sócio-históricos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, se constitui um marco para a educação brasileira, apresentando e defendendo os princípios da escola pública, gratuita, laica e, dentre outros, a responsabilização do Estado pela educação. Os antecedentes do documento encontram-se no conjunto de reformas educacionais que ocorreram de forma parcial e fragmentada no âmbito federal e estadual (SAVIANI, 2010), pautadas por um processo de ressignificação da escola, em termos gerais e do ensino, mais especificamente. A corrente teórica que, em larga medida, alavancava tal movimento era o escolanovismo, uma espécie de concepção educacional plural, emergente na Europa e Estados Unidos, centrada em estudos sociológicos, biológicos e psicológicos, que buscavam assegurar a importância da subjetividade do aluno no processo de ensino e aprendizagem. Do conjunto de reformas operadas no Brasil, à época, Romanelli destaca que:

A primeira delas foi empreendida em 1920, por Sampaio Dória, em São Paulo; em 1922/23, no Ceará, Lourenço Filho empreendeu a segunda. Depois, seguiram-se a do Rio Grande do Norte, por José Augusto (1925/28), as do Distrito Federal (1922/26) e as de Pernambuco (1928), empreendidas ambas por Carneiro Leão, a do Paraná (1927/28), por Lysímaco da Costa, a de Minas Gerais (1927/28), por Francisco Campos; a do Distrito Federal (1928), por Fernando de Azevedo; e a da Bahia (1928), por Anísio Teixeira. Em 1930, Lourenço Filho publicava seu mais famoso trabalho: Introdução ao Estudo da Escola Nova (ROMANELLI, 1995, p. 129).

O contexto sócio-político anterior ao Manifesto é marcado pelo desenvolvimento industrial em ascensão, que passou a exigir cada vez mais a oferta do ensino para atender às novas demandas econômicas. O cenário político se configurou na ascensão da burguesia industrial que juntamente com outros setores das camadas médias, da classe dominante e do movimento das forças armadas, conhecido como tenentismo, lutavam para tirar do eixo de dominação política o poder dos grupos ligados às oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. De acordo com Romanelli (1995), esse movimento de ruptura almejava implantar definitivamente o capitalismo no Brasil.

O pós – primeira guerra mundial e a eclosão da crise de 1929, pressionou o Brasil no rumo do desenvolvimento da indústria nacional ao adotar o modelo de substituição de importações (ROMANELLI, 1995). Com isso, a escolarização passou a ser uma necessidade, o que fez aumentar a pressão por uma educação pública, tanto de setores médios quanto da classe trabalhadora.

Nesse período histórico surge o movimento renovador, composto por educadores brasileiros que se reuniram em 1924, no Rio de Janeiro, para a criação da Associação Brasileira de Educação – ABE. As intenções desse movimento caminhavam no sentido de sensibilizar o poder público e os educadores sobre a problemática educacional, propondo a adoção de medidas concretas para a superação desses problemas. A ABE tornou-se um organismo mobilizador das ideias do movimento renovador, esse antes, imbuído das ideias do Movimento das Escolas Novas, então vigente nos Estados Unidos e na Europa.

A ABE organizou várias Conferências Nacionais de Educação, sendo a primeira em 1927, em Curitiba. As destacadas foram as IV e a V Conferências, nas quais ocorreu a participação do Governo, que solicitou a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação. A partir das Conferências referidas emergiram os elementos para a redação do Manifesto, oriundos de debates acirrados entorno dos temas da gratuidade, obrigatoriedade, laicidade, da co-educação e do Plano Nacional de Educação. Também se confrontaram nessas Conferências duas correntes ideológicas opostas: as dos reformadores, que defendiam os princípios elencados acima, e a dos católicos que viam na “interferência do Estado um perigo de monopólio e na laicidade e co-educação, uma afronta aos princípios da educação católica” (ROMANELLI, 1995, p. 130).

A falta de uma definição objetiva do que estava requerendo o movimento renovador fez com que os líderes apontassem os princípios desse movimento por meio do documento destinado “Ao povo e ao governo” publicando-se, assim, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Este documento promoveu mudanças significativas nos rumos do debate sobre a educação no Brasil, polarizando suas posições com outros setores da sociedade inseridos no campo educativo, em especial a Igreja Católica.

### **A reação ao Manifesto dos Pioneiros da Educação**

Fernando de Azevedo, redator do Manifesto, preocupou-se com a divulgação do seu conteúdo em jornais de amplo alcance, dentre eles os principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. De fato, houve uma repercussão polêmica do documento, que foi elogiado por alguns intelectuais e artistas como Cecília Meireles, Menotti del Picchia e Azevedo Amaral e criticados por outros grupos. As críticas mais contundentes surgiram da Igreja Católica, que após a publicação do Manifesto, rompeu com a Associação Brasileira de Educação e se organizou de forma independente, ao mesmo tempo em que passou a divulgar suas ideias de oposição aos princípios postos no referido documento.

Em 1933, ano posterior à publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação, foi criada a Confederação Católica de Educação e em 1934 o I Congresso Católico de Educação. A Confederação era composta por 40 associações de professores católicos, cerca de 300 colégios católicos, contendo mais de 60 mil alunos e 6.200 professores, o que revelava que a Igreja Católica e seus fiéis comandavam um considerável número de instituições voltadas ao ensino (SAVIANI, 2011).

Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima, foi o principal representante da Igreja Católica a levantar críticas da instituição contra a proposta do Manifesto. Além disso, era um importante animador da militância católica. Para Tristão de Ataíde, o Manifesto era anticristão, antinacional, antiliberal, anti-humano, anticatólico. Saviani detalha as críticas de Alceu de Amoroso Lima:

O “Manifesto” é “anticristão”, por negar a finalidade espiritual do homem; “antinacional”, ao desconsiderar a tradição religiosa da população brasileira; “antiliberal”, por defender o monopólio do Estado e ser contra a liberdade de ensino; “anti-humano”, ao negar o sobrenatural e subordinar o homem ao âmbito material e biológico; e “anticatólico”, ao não reconhecer o direito da Igreja de educar publicamente os seus adeptos (SAVIANI, 2011, p. 254).

Como descreve Saviani, no período do Estado Novo ocorreu certo estacionamento dos ânimos, tanto entorno dos defensores do Manifesto quanto do movimento católico. Estabeleceu-se, com isso, um equilíbrio entre renovadores e católicos devido à política de conciliação do governo com esses setores. Nesse período não houve, por parte do Estado, total adesão às propostas do movimento da escola nova, mas alguns de seus representantes passaram a assumir cargos estratégicos no governo, que considerava que o movimento renovador e a visão educacional católica não eram incompatíveis aos interesses da educação e da economia nacional objetivada pelo poder central. A orientação político-econômica,

pautada na “modernização conservadora”, poderia absorver as duas concepções de educação, e assim o fez.

Enquanto conservadora, essa orientação buscava atrair a Igreja para respaldar seu projeto de poder; enquanto modernização, a força de atração dirigia-se aos adeptos da Escola Nova. Estes eram vistos como portadores dos requisitos técnicos necessários à viabilização do projeto de modernização conservadora (SAVIANI, 2011, p. 271).

Posteriormente, quando se acirraram os embates entre escola particular e escola pública, o Manifesto foi retomado enquanto orientação à educação brasileira, porém o conteúdo do texto veio reforçar a necessidade da escola pública, gratuita e obrigatória, a ser ofertada pelo Estado, sem com isso propor que a iniciativa privada não pudesse criar instituições de ensino. O setor privatista da educação, diretamente ligado às instituições católicas de ensino, se contrapunha à gratuidade e universalização da escola, defendendo que a educação deveria ser de responsabilidade da família e da Igreja.

Dentre os diversos argumentos declarados, estavam o entendimento de que a defesa do Estado abriria espaço para a comunização do país e que o Estado chocaria com o sentimento católico. Além disso, segundo o que o próprio Tristão de Ataíde defendia, o povo não precisaria aprender a ler e escrever para conservar as mais puras virtudes da alma brasileira; o bem - estar material segundo a igreja católica seria o trabalho e a ausência de vícios; o povo deveria ser conduzido por uma elite responsável (SAVIANI, 2011).

Apesar de haver discordância em relação à gratuidade e universalização da escola por meio do Estado, utilizando-se de um discurso moral e religioso da Igreja católica, tendo em vista também que essa instituição possuía muitas escolas e monopolizava inclusive a oferta de alguns ramos do ensino, a força da realidade social e econômica da época, num país em que ascendia o desenvolvimento urbano e industrial, apontava a necessidade de ampliar a mão-de-obra ao mercado nascente e para adequar, também, os sujeitos às mudanças sociais. Isto ocasionou a necessidade de se ampliar a oferta da educação, o que a princípio revelou que o Estado não teria ainda as condições estruturais para esse intento, apesar das pressões de diversos setores, entre eles o da burguesia nascente e das próprias camadas populares, que passaram a requerer a responsabilidade do Estado para a oferta da educação. Romanelli descreve esse processo:

A reivindicação de escola pública, gratuita, obrigatória e leiga é consequência da nova situação criada com a ascensão de novas classes sociais e a complexificação crescente de todo organismo social. A educação pública, gratuita, obrigatória e leiga é uma conquista do Estado burguês, e surgiu na Europa com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento da vida urbana. Historicamente, pois, é uma conquista resultante da decadência da antiga ordem aristocrática e, como tal, representa, no Brasil, uma reivindicação ligada à nova ordem social e econômica, que começa a se definir mais precisamente após 1930 (ROMANELLI, 1995, p. 150).

Na década de 1950, período de grande embate entre as escolas particulares e públicas, Anísio Teixeira, estava situado em importantes órgãos voltados à educação no governo de Washington Luís, como o Instituto Nacional de Pedagogia - INEP<sup>1</sup> (em 1952) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES<sup>2</sup> (em 1951) e, em 1955, criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE. Anísio Teixeira foi-se impondo como figura central na educação brasileira e atuava na defesa dos ideais da Escola Nova, da educação pública, gratuita e universal. Foi, nesse período, bastante atacado pelos representantes da igreja católica que o acusavam de ser comunista, ou seja, contrário à democracia. Por mais que ele se defendesse, seus argumentos não foram suficientes para deixar de ser alvo de seus críticos.

Em síntese, o que incomodava esses setores era o fato de Anísio Teixeira ser o ícone da proposta que defendia a escola pública gratuita, obrigatória e laica. Mas a publicação do substitutivo Lacerda<sup>3</sup> que veio a beneficiar as escolas particulares, deslocou o foco do ato de atacar Anísio Teixeira e trouxe à centralidade as discussões que implicaram na construção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1948 a 1961). Nesse processo, outros setores da intelectualidade brasileira e de vários segmentos entraram na disputa em defesa da educação pública, gratuita e obrigatória, convocando novamente o “Manifesto” em defesa desses ideais. Sobre estas ideias trataremos a seguir, centrando nossa exposição nas categorias anteriormente definidas.

## **A base sócio-educacional do Manifesto: breve análise sobre a concepção de conhecimento e a relação teoria e prática**

---

<sup>1</sup> Atualmente denominado Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>2</sup> Atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior.

<sup>3</sup> O substitutivo Lacerda, foi uma proposta apresentada em 1959 pelo Deputado Carlos Lacerda, que se distanciou do anteprojeto primário (criado em 1948 e enviado a câmara federal) e outros projetos construído para diretrizes e bases da educação, deslocando o eixo das disputas sobre esses projetos (antes em torno da centralização e descentralização da educação em relação a União, Estados e Município, e que também previra a oferta obrigatória do ensino e a reforma dos ensinos primário, secundário e superior) para a luta contra o monopólio do Estado e liberdade de ensino em favor das instituições privadas de ensino.

Passaremos agora ao exame sobre categorias que, a nosso ver, permitem desvelar a concepção sócio-educacional de seus elaboradores e, portanto, entender o movimento sobre o qual se edificou, em certa medida, a estruturação da escola brasileira. Desta feita, foram elencadas as categorias conhecimento e relação teoria e prática.

No que se refere ao conhecimento, o Manifesto parte do ideário da escola nova, com forte laço nas contribuições de John Dewey<sup>4</sup>. O documento faz uma crítica à pedagogia tradicional, conteudista. Defende o processo de ensino e aprendizagem com ênfase no aluno, em que a educação advém de “dentro para fora”, não o contrário e, além disso, deve ter um caráter utilitário: “a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida”<sup>5</sup> A adoção da perspectiva escolanovista é explicitada na seguinte passagem do documento:

[...] “continuação ininterrupta de esforços criadores” deve levar à formação da personalidade integral do aluno e ao desenvolvimento de sua faculdade produtora e de seu poder criador, pela aplicação, na escola, para a aquisição ativa de conhecimentos, dos mesmos métodos (observação, pesquisa, e experiência), que segue o espírito maduro, nas investigações científicas.<sup>6</sup>

O processo de ensino-aprendizagem por meio da aquisição ativa do conhecimento seria uma expressão dos passos para se fazer ciência. Esta, no caso, não seria apropriada pelo aluno por meio da transmissão passiva do conhecimento (de fora para dentro), pois o ambiente escolar deveria, ao invés disso, possibilitar a descoberta científica. Esse método de ensino e aprendizagem consideraria, contudo, o interesse do aluno. Esse não iria se apropriar dos saberes científicos, mas descobrir, resolver problemas, agindo na realidade. Nos moldes do sistema do capital, esse conhecimento de caráter utilitarista, em que o aluno seria disponibilizado para resolver questões práticas, através da ação, serviria muito bem ao mercado de trabalho. A educação verbalista e tradicional não mais condizia às necessidades do modelo urbano industrial.

---

<sup>4</sup> John Dewey (1859 – 1952) foi um filósofo e pedagogo Norte-americano que lançou as bases da educação Pragmática e influenciou o movimento renovador da educação no Brasil. Suas ideias, em suma, buscavam romper com a pedagogia tradicional memorística e dissociada da realidade. Defende um processo de aprendizagem centralizado no aluno, por meio da construção do conhecimento em detrimento da apropriação do saber científico sistematizado e acumulado historicamente.

<sup>5</sup> Fonte: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago.(p. 191) . 2006, Acesso em: 22/08/2016.

<sup>6</sup> Fonte: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago, (p. 198). 2006. Acesso em: 22/08/2016.

A concepção de conhecimento expressa no Manifesto tem relação com a corrente da história da filosofia norte – americana no século XIX, o pragmatismo, muito bem defendida pelo educador John Dewey. Para o contexto norte – americano as ideias do filósofo responderam bem aos problemas do país, principalmente após sua guerra civil.

Soares (2007, p. 34) sintetiza o que representou o pragmatismo na educação “pretende ainda ser uma proposta adequada à realidade, mas não consegue oferecer respostas sequer a curto prazo, pois suas palavras não se efetivam e as profundas contradições são cada vez mais agravadas pelos fatos da existência fundada na divisão entre possuidores e despossuídos”.

O autor complementa indicando que na perspectiva pragmática, a teorização é desnecessária a não ser que tenha um valor prático e útil. Referente a esta relação teoria e prática, o documento explicita sua reação contra o empirismo, pois, de acordo com o texto, a escola poderia influir no meio social sem estar segregada desse, por isso há uma ênfase no pragmatismo, na educação para a utilidade:

A escola, vista desse ângulo novo que nos dá o conceito funcional da educação, deve oferecer à criança um meio vivo e natural, “favorável ao intercâmbio de reações e experiências”, em que ela, vivendo a sua vida própria, generosa e bela de criança, seja levada “ao trabalho e à ação por meios naturais que a vida suscita quando o trabalho e a ação convêm aos seus interesses e às suas necessidades<sup>7</sup>.

Do oposto ao empirismo há a centralidade no sujeito, sempre com base na sua aptidão. O mérito de cada aluno encontra-se na capacidade inata do próprio indivíduo e em como ele se desenvolveria pelos estímulos da escola que seria uma espécie de espelhamento experimental da vida em comunidade.

Soares (2007) explica os limites da educação pragmática, que considera mais o aspecto fenomênico e aparente da realidade “limitam o conhecimento das complexas relações entre aparência e essência e contribuem para a manutenção de sérios limites à consciência e à mudança” (p. 36).

Outra citação do texto que justifica a importância de uma educação voltada para uma utilidade prática:

Mas, se a escola deve ser uma comunidade em miniatura, e se em toda a comunidade as atividades manuais, motoras ou construtoras "constituem as funções predominantes da vida", é natural que ela inicie os alunos nessas atividades, pondo-

---

<sup>7</sup> Fonte: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006, (p.196). Acesso em: 22/08/2016.

os em contato com o ambiente e com a vida ativa que os rodeia, para que eles possam, desta forma, possuí-la, apreciá-la e senti-la de acordo com as aptidões e possibilidades<sup>8</sup>.

Para Vásquez apud Soares (2007) o conceito de prática, de conhecimento e de verdade para o materialismo histórico, é distinto do pragmatismo, que se confunde com o senso comum, por ser voltada à práxis utilitária:

Enquanto para o marxismo a utilidade é a consequência da verdade, e não seu fundamento ou essência, para o pragmatismo a verdade fica subordinada à utilidade, e entendida esta como eficácia ou êxito da ação do homem, concebida esta última, por sua vez, com ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora (VÁZQUES, 1990, p. 213 apud SOARES, 2007, p. 37).

O manifesto também propõe que escola secundária seja unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, corroborando com isso com a intenção de superar a histórica dicotomia educativa presente na educação brasileira: uma educação intelectualista, propedêutica para elite dominante e outra, de caráter mais manual para os trabalhadores. O Manifesto defende uma educação que unifique esses dois aspectos de forma universalizada.

De acordo com Soares (2007) no pragmatismo também se reconhece o indivíduo como ser social, mas nesse caso, o texto do Manifesto, por mais que defenda o Estado como o provedor da educação pública e gratuita, voltada à formação para a cidadania em uma sociedade democrática, não considera que o individualismo é uma construção própria das sociedades baseadas na propriedade privada e marcada pela divisão social das riquezas. A educação, nesse sentido, firmada nos valores da solidariedade e cooperação, voltada para a formação do cidadão, busca preparar o próprio indivíduo para a “lógica já definida, à qual, ele deve conformar-se, acomodar-se” (SOARES, 2007, p. 35), a lógica da sociedade classista.

## **Conclusão**

O Manifesto dos Pioneiros da Educação representou um marco na educação brasileira, principalmente por defender a escola pública, gratuita, obrigatória e universal, princípios que hoje orientam a organização da educação no país.

Sem o trabalho de seus idealizadores, a implantação de uma educação democrática, universal e gratuita possivelmente enfrentaria, ainda por muitos anos, diversos obstáculos, o que

---

<sup>8</sup> Fonte: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago, (p. 196). 2006. Acesso em: 22/08/2016.

poderia repercutir também no atraso educacional do Brasil. Entretanto, as propostas defendidas pelo documento, embora com um conteúdo progressista para a época, por conter a ênfase nas ideias pragmáticas e utilitaristas, representadas na forma como concebem o conhecimento e a relação teoria e prática na e para a escola, limita-se ao reformismo, por não considerar as contradições sociais pautadas na divisão de classes, além de buscar a estruturação e adequação da educação aos interesses liberais do mercado.

Apesar de suas contradições, reiteramos que a proposta dos defensores do Manifesto promoveu, de forma irreversível, mudanças significativas no âmbito da educação brasileira. Algumas delas buscamos apontar neste texto, mesmo diante dos limites aqui impostos. Outras tantas, só serão possíveis de analisar, com maior precisão, em trabalhos futuros.

## **REFERÊNCIAS**

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). 17. Ed. Petrópolis: Cortez, 1995.

Revista HISTEDBR On-line. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Acesso: 22/08/2016 .

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. Ed. Campinas: Autores Associados. 2011.

SOARES, Rômulo. Apontamentos críticos contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis, In. *Contra o Pragmatismo e a Favor da Filosofia da Práxis: uma coletânea de estudos classistas* Jimenez, Susana; Soares, Rômulo; CARMO, Maurilene do; PORFÍRIO, Cristiane (Orgs.): EDUECE, Fortaleza, 2007, p. 29 – 43.